

CPI - DESCARTE DE MATERIAIS CONTAMINANTES

20.05.2026

* * *

- Abre a reunião o Sr. Delegado Olim.

* * *

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Havendo número regimental, declaro aberta a segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar o descarte de materiais e itens potencialmente contaminados, da 4ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura.

Registro, com muito prazer, a presença dos nobres deputados Bruno Zambelli, Thiago Auricchio, Fábio Faria de Sá e nosso sempre presidente Carlão Pignatari.

Solicito à secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, deputado Zambelli.

O SR. BRUNO ZAMBELLI - PL - Pedir a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Caso haja pedido de dispensa da leitura... É regimental o pedido de Vossa Excelência. Os deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Requerimentos. Nós vamos colocar em pauta aqui uns requerimentos para aprovação, para depois a gente ouvir a oitiva do Sr. Manoel Bernardes de Lara Junior. Está por aqui? Um minutinho só, por gentileza. Então vamos aqui... Vamos lá.

Solicitante: Thiago Auricchio. Requer, nos termos legais, seja realizada reunião conjunta entre a CPI do Descarte de Materiais Contaminantes e a CPI dos Lixões, para a oitiva do Sr. Thomaz Miazaki de Toledo, diretor presidente da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo.

Ele só pode vir aqui no dia dois de junho, pode ser? Para vocês, tudo bem? É numa terça-feira. A que horas está marcado? Onze horas. Senão, o convoco. Por enquanto, está na boa. Tudo bem? Que ele disse que não pode vir antes. Tudo bem, tudo bem, tudo bem? Então está bom. Não pode vir, a gente convoca.

Vamos lá. Deputado Thiago Auricchio. Ah, vamos lá. Em discussão. Só aprovar isso aqui. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Os Srs. Deputados e Sras. Deputadas que forem favoráveis ao requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado, então, o requerimento do Thiago Auricchio para as duas juntas.

Deputado Thiago Auricchio também requer, nos termos legais, seja realizado o compartilhamento de informações, com reciprocidade, entre esta Comissão Parlamentar de Inquérito e a CPI dos Lixões, recebendo e prestando toda e qualquer informação, reservada ou sigilosa, referentes ao objeto da investigação desta CPI.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que forem favoráveis ao requerimento, permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado o item 2 aqui do requerimento.

O 3, também, do deputado Fábio Faria de Sá. Requer, nos termos do Art. 34-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, a prorrogação, por mais 60 (sessenta) dias, do prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato nº 187/2025, do Presidente da Assembleia Legislativa, com a finalidade de investigar o descarte de materiais e itens potencialmente contaminantes, como medicamentos e equipamentos eletrônicos, uma vez que o prazo inicialmente estipulado não será suficiente para conclusão de seus trabalhos.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e Sras. Deputadas que foram favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Vamos então, agora...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pela ordem, nobre deputado, nobre relator.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Se, por favor, o senhor pode suspender por dois minutos para a gente ir aí, à frente, conversar um pouco.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Pois não. Vamos suspender por dois minutos.

* * *

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Delegado Olim.

* * *

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - (Fala fora do microfone.) Então está bom. Chama o Sr. Manoel Bernardes de Lara Junior, diretor do Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo, nos termos do Requerimento nº 124, de 2026. Por gentileza, senhor. Aqui, olha, senta aqui. (Fala fora do microfone.) Tem algum assessor que o senhor quer que... Pode sentar, senta os dois ali, senta ali. (Fala fora do microfone.) Não, mandei-o sentar, pode deixa-lo aí.

Senhor Manoel, o senhor tem três minutos só para se apresentar. E depois, se os senhores tiverem perguntas, estará à disposição. Fique à vontade.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Bom, Manoel Bernardes de Lara Junior. Sou diretor do Centro de Vigilância Sanitária do Estado de São Paulo. Formação: cirurgião-dentista. Atuo... Na verdade, sou servidor público do município de São Paulo, estou cedido ao estado desde setembro. Eu já era diretor da Vigilância Sanitária do Município de São Paulo capital, então já tenho experiência de 20 anos na Vigilância. Estou aqui com o meu assessor... Diretor nosso, desculpa, da Divisão de Vigilância de Saúde e Meio Ambiente.

O Centro de Vigilância Sanitária - só contextualizando - tem quatro divisões, quatro diretorias técnicas, que são de Serviço de Saúde, que contempla as questões de hospitais, clínicas médicas, clínicas odontológicas, todos os serviços de saúde, serviços de interesse também, casas de repouso, home care; tem a Divisão de Produtos de Interesse de Saúde, que é de medicamentos, alimentos e produtos de interesse da saúde - indústrias de medicamentos, indústrias de produtos de interesse da saúde, indústrias de

alimentos, também as drogarias e farmácias de manipulação, de medicamentos, distribuidoras de medicamentos e todo o segmento de alimentos. Essas duas divisões são ligadas diretamente à Anvisa, ao Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, coordenado, a nível federal, pela Anvisa. E nós somos o CVS, o coordenador do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária, o Sevisa, juntamente com as Vigilâncias Sanitárias dos 645 municípios do estado.

Nós também temos a Divisão de Vigilância, Saúde e Meio Ambiente, que é Sama, e a Divisão de Vigilância de Saúde do Trabalhador, que são ligadas ao Ministério da Saúde e à Secretaria de Vigilância em Saúde e Ambiente, que atua em relação aos riscos provenientes do meio ambiente à saúde da população, né? Seja no solo, ar, água, qualidade da água. Então, é, nós atuamos como coordenador do Sistema Estadual de Vigilância Sanitária no sentido de fazer cumprir as normas do Sistema Estadual, as RDCs da Anvisa, do Sistema Nacional, desculpa.

E também nós editamos normas próprias do estado também no que diz respeito à Vigilância Sanitária, padronizamos as ações de vigilância sanitária nos municípios, né? Hoje, a maioria dos municípios tem competência plena para fiscalização e licenciamento sanitário de todo esse segmento que eu falei, né? Tem o segmento do setor regulado pela Vigilância Sanitária.

Alguns municípios não atingiram plenamente, então o estado tem a sua competência para fiscalização de indústrias, principalmente indústrias de medicamentos. Nossas equipes, nós estamos divididos em vinte e oito Grupos de Vigilância Sanitária no estado, os GVSs, que também é o braço do estado da vigilância estadual nos territórios do estado.

E, juntamente com o CVS, ela apoia os municípios em questão de capacitação, treinamento das equipes, padronização de ação. Nós temos também o sistema informatizado, é o único estado da Federação que tem um sistema informatizado de Vigilância Sanitária, que é o Sivisa, que, onde estão todos, são processados todos os relatórios de inspeção e todo o licenciamento sanitário também de todas as empresas, estabelecimentos, segmentos de vigilância, ele está, é utilizado o Sivisa para fazer esse processamento. Então nós temos os dados lá de todos os municípios, dos estabelecimentos.

E uma das áreas que a gente atua, na questão, principalmente, resíduos de serviços de saúde, tanto na geração, no descarte e no processamento desse resíduo. Na questão de resíduos de saúde, os outros resíduos que não são de serviços de saúde, eles

não estão na competência direta da Vigilância Sanitária, estão com outros órgãos ambientais, Cetesb, outros órgãos também.

Eu acho que é, não sei.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Alguém tem. Vamos começar pelo relator, doutor, Carlão, faça, o senhor tem a palavra.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Bom, bom dia, Sr. Manoel. Bom dia, diretores do Sistema de Vigilância de Saúde do Estado. O CVS também fiscaliza os aterros onde são destinados os materiais cortantes e, enfim, contaminantes?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Não. Os aterros propriamente ditos, não, né?

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - As empresas que, que...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - As empresas, sim. As empresas coletoras desses resíduos e as que processam, inclusive os de saúde, sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Então vocês são os responsáveis pela fiscalização dessas empresas?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Na verdade, é o estado centralizado pelos municípios, nós damos suporte, apoio e a normatização também.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - São os CVSs em todo o estado, são eles que fazem a...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Isso.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Nós precisamos, Sr. Presidente, fazer um requerimento de informação, para eles, quais são os aterros que estão regularizados, quais são as empresas que estão regularizadas e quais não estão, se há denúncias nos CVSs, não sei se isso vocês têm a informação. Como está informatizado, você deve ter.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim, a dos licenciamentos...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Aqui em São Paulo todo tipo de informação, precisamos saber o licenciamento e a posição, como está cada um dos licenciamentos...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Se está funcionando, se não está funcionando...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Porque a gente recebe denúncias, mas muito vagas sobre isso.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Certo.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Então essas seriam as informações que nós precisaríamos na Comissão para poder tomar alguma atitude sobre isso.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim, nós podemos disponibilizar, como eu falei, nós temos o Sivisa, então a gente consegue captar ali as empresas que estão licenciadas e também conseguimos, através dos nossos GVSs, verificar junto às Vigilâncias Sanitárias dos municípios como está a situação também, a gente consegue levantar esses dados também.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Isso aí é moroso, o senhor acha que há a possibilidade de fazer rapidamente.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - O dado do licenciamento até que é rápido, que a gente consegue no próprio sistema, né? A questão

das condições sanitárias também, a partir dos relatórios produzidos pelos municípios, se tiver alguma questão mais específica, a gente pode entrar em contato com a Vigilância Sanitária do município através do nosso GVS, para tirar alguma informação. Mas é, os dados do sistema são rápidos de coletar.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Se o senhor puder, por favor...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Só uma perguntinha, viu, Carlão, já foi pedido, enviado um ofício, mas eles não, até hoje, a Vigilância aqui não retornou.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Foi feito para o GVS?

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Com as nossas perguntas...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Para nós?

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - É, foi mandado...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Eu não tive acesso.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - ... junto com o convite que eu mandei para o senhor, nós mandamos também a pergunta que o deputado fez aí, mas vocês não responderam nada. É melhor dar uma procuradinha e ver lá, porque nós já mandamos.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Tá, eu vou checar porque... é... se a gente consegue, sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - É só procurar, checar e passar a informação o mais rápido possível.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim. A gente devolve, sim, com certeza.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Porque nós temos um tempo pequeno, agora, e...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Não, sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - ... então seria importante.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - E a gente te encaminharia via ofício ou...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - É, mandaria de volta para cá. E a gente...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Via e-mail, né?

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - No e-mail, tá? Por gentileza.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - No e-mail mesmo? Tá.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Porque aí, sim, a partir daí nós podemos...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - ... fazer alguma.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Quanto às denúncias, muitas vezes a denúncia chega no próprio município mesmo, não chega nos canais do estado.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Isso está informatizado também, não?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Então, nós temos vários canais de denúncia, né? Tem a ouvidoria Sesc, da Secretaria de Estado de Saúde, tem a própria ouvidoria da Anvisa também, que fala BR, tem vários canais, a ouvidoria SUS, não temos um canal único de denúncia, que chegue para a vigilância sanitária, né? Então, a gente precisaria... Seria um trabalho mais de captação dessas...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Deixa eu dar uma olhada...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - E tem diretamente, vai aos municípios, que também pode chegar direto ao município, não chega...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Se o senhor puder nos dizer, nos auxiliar, seria importante.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Por favor.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Tudo bem. A gente pode verificar como levantar uma estimativa de denúncias. Acho que o quantitativo total, eu não sei se a gente conseguiria...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - O primeiro ponto é a situação que está cada uma das...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - ... das empresas que...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - ... que recebem esses resíduos.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - As coletoras e as processadoras.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Isso, as processadoras e as coletoras.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Tá.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Você tem a coletora, automaticamente, ela tem onde ela vai processar.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim, ela tem a destinação.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Então, essa é a importância que nós temos que ter. Se puder fazer isso mais rápido, por favor.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim. Tem também a ação da Cetesb, também, que cadastra também essas empresas, também do ponto de...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - É, a Cetesb esteve aqui dia dois...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - ... para falar sobre esse tema e os aterros também.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Tá bom, muito obrigado, senhor Manoel.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Só para constar, a gente aprovou esse requerimento, até foi de minha autoria, no dia 25 do dois, né? Solicitando, além do

convite, também o envio da lista de procedimentos em andamento envolvendo empresas ou instituições que supostamente estariam...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Cometendo o descarte.

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - Cometendo o descarte ilegal de material contaminante, bem como seja enviado cópia na íntegra dos respectivos procedimentos. Então, desde o dia 25 do dois. Só uma questão, senhor Manoel, que eu não, só para ficar a título dos municípios fazer essa fiscalização, então? Não...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - É... São descentralizadas as ações de fiscalização e licenciamento. Nós damos suporte, apoio, quando o município necessita e nos procura. Às vezes aquele município não tem...

O SR. THIAGO AURICCHIO - PL - A Vigilância Sanitária não tem fiscal, então?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Nós? Não, nós temos também, no estado. Eu falei, nós estamos com as indústrias de medicamentos, as indústrias de produtos classe 3 e 4, que são produtos de uso cirúrgico, implantáveis, tem as competências de centralização do próprio processo do SUS. Então, é um processo que avançou no estado já há um tempo, né, dessa descentralização.

Os hospitais, por exemplo, na capital, os hospitais, os 220 hospitais gerais e especializados, ainda estão com o nosso GVS-1 capital. Também as indústrias de produtos saneantes estão conosco aqui também. Nós temos fiscais também do estado, que acompanham também os municípios e também tem ações conjuntas até com a Anvisa também e outros órgãos que a gente faz, que vem também o pessoal da Anvisa. E aí seriam os três entes do sistema nacional.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Senhor Manuel, é que a fabricação não é, não é o procedimento, não é o que nós vamos, temos...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Não, sim, sim...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Nós queremos o descarte.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim, sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - É esse a... A coleta e o descarte, para ver se está sendo processado corretamente ou não.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - É isso a...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - O descarte nos...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - O propósito dessa CPI é isso.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Não as empresas que produzem medicamento ou fabricam...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Não é isso. É o descarte mesmo de material cirúrgico, de hospital...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - ... de unidade básica de saúde, enfim, todo esse tipo de material cortante e contaminante que possa ter nas unidades. E são muitos, não é? Na Capital é um absurdo o que tem, imagine no Estado quanto é que...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim. O serviço que nós fiscalizamos também, esses outros serviços, na fiscalização a gente observa também

o descarte do próprio serviço, do próprio estabelecimento, como que ele faz, se ele tem um abrigo, se ele tem...

Toda empresa que gera resíduos de saúde, ela é obrigada a ter um contrato com uma empresa de coleta e descarte. A responsabilidade pela RDC da Anvisa, que nós seguimos a RDC da Anvisa nº 222, de...

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - É do estabelecimento.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - É, a responsabilidade até a destinação final do resíduo é do estabelecimento gerador. Isso está na resolução da Anvisa. Então, ela tem que monitorar, ela tem que ter contrato com empresas de coleta que são regularizadas junto à Cetesb, tem Cadri, tem toda a documentação.

E também essa empresa que leva, que coleta e leva até a destinação final, ela também tem que levar para uma empresa que seja devidamente cadastrada.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - A CVS também tem a informação se está regularizado ou não aquele...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Ou só na Cetesb?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Não, a gente tem um... Quando é coleta de resíduos de saúde e destinação final, que a gente chama de resíduos de saúde, também tem o licenciamento da vigilância sanitária, além da Cetesb.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - Ok.

O SR. FÁBIO FARIA DE SÁ - PODE - Sr. Manuel, só uma pergunta. Quando os municípios fazem a fiscalização, eles passam para o estado o resultado ou vai direto para os órgãos ambientais, Ministério Público, se tem essa informação?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim. Tem a demanda, geralmente, as vigilâncias respondem ao órgão demandante, se for o Ministério Público,

mas eles usam o sistema Sivisa para gerar o relatório. Então, o sistema nós temos acesso também a esses relatórios produzidos no sistema.

O SR. FÁBIO FARIA DE SÁ - PODE - Os autos de infração também, eles lançam nesse sistema ou ficam no município?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Não, os autos de infração são processos administrativos na própria vigilância.

O SR. FÁBIO FARIA DE SÁ - PODE - Eles não informam o senhor da autuação daquela empresa, o próprio descarte?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Nos relatórios, geralmente, vem lá a informação, qual o resultado, qual é a medida tomada administrativa. Então, se foi feita um auto de infração, se foi feita uma penalização, isso está incluso no...

O SR. FÁBIO FARIA DE SÁ - PODE - Essa informação vai vir junto a pedido do...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - No Sivisa a gente consegue levantar os autuados também.

O SR. FÁBIO FARIA DE SÁ - PODE - Se o senhor puder fazer...

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - A gente consegue. Agora, o processo administrativo sanitário mesmo, ele fica no órgão mesmo que fez a autuação, que é a vigilância do município, se for caso.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Só uma perguntinha. O estado tem conseguido coibir o descarte irregular de forma satisfatória? O senhor tem fiscalizado junto com as prefeituras? Pelo que eu vi, acho que a prefeitura é a que mais faz isso, não é?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim, mas nós temos também... Chegam para a gente as denúncias, chegam também as solicitações, inclusive o Ministério Público também nos aciona em cópia, geralmente quando o caso, dependendo da gravidade do caso também, do impacto também, a gente tem auxiliado, temos tido ações também...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - O senhor também multa? Os senhores também multam?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Nas nossas fiscalizações, quando a gente participa de ações também, a gente toma as medidas administrativas e nós temos o Código Sanitário do Estado também que prevê que podemos aplicar multas e penalizações.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Por exemplo, a prefeitura faz a concorrência e aí passa para vocês também quem ganhou ou vocês não participam de nada disso?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Não, diretamente da concorrência.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Então as empresas que estão lá, a prefeitura que colocou. Vocês não têm acesso a nada, só se acontecer alguma coisa, uma reclamação?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Aos contratos não, não tem essa obrigatoriedade legal de passar pela vigilância do estado.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Nenhuma dessas empresas tem que passar um credenciamento pelos senhores?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - As empresas, para participarem de licitações, têm que estar devidamente regularizadas, licenciadas, inclusive, junto à vigilância sanitária.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Eles mostram para a prefeitura e a prefeitura para vocês?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Eles têm que apresentar... Não, não chega a apresentar para a gente, não tem essa obrigatoriedade da prefeitura nos comunicar esses contratos. Isso, que é um contrato municipal, a não ser que tenha algum impacto no estado, um contrato estadual, isso sim, passa por nós.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Vocês têm uma integração com as prefeituras sobre esses lixos contaminantes, adequada para enfrentar esse problema? Vocês conversam muito ou cada um faz a sua parte? Se tem alguma reclamação de uma empresa, a prefeitura, quando tem uma reclamação, ela manda para vocês? Vocês recebem, vocês mandam para eles ou não?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim, são diversos canais que entra. Se entra por nós, a competência do município, nós encaminhamos e monitoramos a resposta. Se o município recebe diretamente, ele mesmo vai responder ao órgão demandante. O Ministério do Estado, quando ele demanda, ou outros órgãos, eles também nos copiam, nos deixam cientes, e a gente monitora.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Tudo o que o senhor monitora, todas as irregularidades o senhor já manda para o Ministério Público também, quando recebe?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Tem algumas irregularidades de maior monta, de maior risco, a gente, informa sim ao Ministério...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - E o senhor manda a fiscalização para ver? Tudo o que tem, tem uma fiscalização que vocês vão lá e olham, e mandam para o Ministério Público para poder dar prosseguimento?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Se for da competência do estado, da vigilância do estado, a gente vai e faz a nossa fiscalização. Eu reitero que tem a competência designada dos municípios, que aí seria com...

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Alguém tem mais alguma pergunta para fazer?

O SR. FÁBIO FARIA DE SÁ - PODE - Eu, presidente. O Sr. Manuel citou a RDC nº 222 da Anvisa, e no Art. 5º fala que toda empresa tem que ter o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Saúde. A CVS possui um levantamento dessas empresas que não têm o plano ou que não estão atingindo esse plano de gerenciamento?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Toda empresa que é licenciada, ela tem, por obrigação legal, pela 222, apresentar esse Plano de Gerenciamento de Resíduos - PGRSS.

O SR. FÁBIO FARIA DE SÁ - PODE - Quem fiscaliza esse plano? É a Prefeitura?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - É, se for licenciamento da prefeitura, nos documentos que ela exige para estar verificando a regularidade da empresa, é o PGRSS. Ele é analisado...

O SR. FÁBIO FARIA DE SÁ - PODE - O comprimento do plano, não há fiscalização?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim, o cumprimento do plano entra na fiscalização.

O SR. FÁBIO FARIA DE SÁ - PODE - É uma fiscalização de rotina ou só através de denúncia?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Não, tem as fiscalizações de licenciamento, onde é verificado...

O SR. FÁBIO FARIA DE SÁ - PODE - No inicial do licenciamento?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Tem as renovações também. As renovações de licenciamento também são fiscalizadas e verificado o cumprimento do PGRSS. Ele é apresentado, onde é descrito desde a origem, desde quando ele coleta se for empresa de coleta...

O SR. FÁBIO FARIA DE SÁ - PODE - No contrato, quando vai formalizar o contrato, ele apresenta esse plano ou não?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Não, não, na solicitação de licenciamento sanitário e de renovação da licença. Ele é verificado durante a inspeção o documento..

O SR. FÁBIO FARIA DE SÁ - PODE - Mas junto ao órgão do estado, não da prefeitura?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Se a fiscalização do licenciamento for... O licenciamento sanitário, se for descentralizado, é a prefeitura, a vigilância sanitária do município que fiscaliza esse PGRSS.

O SR. FÁBIO FARIA DE SÁ - PODE - Se o senhor puder passar para a gente a quantidade de empresas licenciadas que têm esse plano, disponibilizar aqui para nós.

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - Sim, a gente verifica, e passa para vocês. Está bom?

O SR. FÁBIO FARIA DE SÁ - PODE - Obrigado, presidente.

O SR. CARLÃO PIGNATARI - PSD - O senhor acha que demora muito tempo para passar essas informações?

O SR. MANOEL BERNARDES DE LARA JUNIOR - As informações de licenciamento de quem tem a licença, sim. Agora, verificar... A gente talvez vai verificar os relatórios de inspeção, onde constam essas informações. Aquele que não tiver a informação, a gente entra em contato com o município e vai verificar.

O SR. PRESIDENTE - DELEGADO OLIM - PP - Tem mais alguém alguma pergunta para fazer? Mais nada? Primeiramente, Sr. Manoel Bernardes de Lara Junior, quero agradecer a sua presença. Obrigado por ter vindo. Agradeço a sua assessoria e só veio a somar à nossa CPI. Muito obrigado.

Nada mais havendo e tratar, declaro encerrada a presente reunião.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *